



FÓRUM DE TIRADENTES

Encontros pelo Audiovisual Brasileiro

20-23 JANEIRO 2024





FÓRUM DE TIRADENTES

Encontros pelo Audiovisual Brasileiro

20-23 JANEIRO 2024



ÍNDICE



- 6 SOBRE A MOSTRA TIRADENTES
- 7 SOBRE O FÓRUM
- 8 O TEMPO NÃO PARA
- 11 DINÂMICA E METODOLOGIA
- 15 MENSAGEM DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA NA SESSÃO DE ABERTURA
- 17 REUNIÕES DE TRABALHO GTS
- 18 SESSÃO DE ABERTURA E DEBATES
- 22 CARTA DE TIRADENTES | DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES 2024
- 32 CLIPPING

Foto: Leo Lara



Entrega da Carta de Tiradentes 2024



SOBRE A MOSTRA TIRADENTES



A Mostra de Cinema de Tiradentes, ao longo de seus 27 anos de existência, consolidou-se como espaço singular de formação, promoção, reflexão, exibição e difusão do cinema brasileiro. Sempre esteve à frente de seu tempo, atento às mudanças do audiovisual, seja do campo tecnológico, seja pelo lado de quem pensa, vê e faz cinema. Um ambiente de encontros, de gestação de parcerias profissionais, de inovação e tendências, de interação crítica no cinema do Brasil.

No decorrer de sua trajetória, presenciou avanços, transformações e continuidades no cinema brasileiro. A criação da Ancine, da Secretaria do Audiovisual, a implementação da Lei 12.485 e do Fundo Setorial do Audiovisual. Um impacto positivo em toda cadeia produtiva do audiovisual. Um processo de expansão e crescimento acima de vários outros setores da economia brasileira. Viu as séries de televisão ocuparem o lugar antes do cinema. E as telas de TV e dos computadores tornaram as superfícies de imersão de uma narrativa.

Foi testemunha do surgimento de uma nova geração de realizadores e instrumento que favoreceu a visão de conjunto – um panorama que, se revela fragilidades, também permite vislumbrar novos rumos. Foi pioneira ao criar a Mostra Aurora, um recorte da programação que criou oportunidade para os diretores estreantes e em início de carreira ganharem espaço na cena audiovisual brasileira e exibiu filmes instigantes e desafiadores, de baixíssimo orçamento, precários enquanto estrutura de produção, mas com senso de provocação, deslocamento dos sentidos e das sensações, de culto ao enigma e do estranhamento.

Consolidou-se como plataforma de lançamento do cinema brasileiro contemporâneo e o que apresenta anualmente não é apenas um cinema com novas pessoas, com novas representatividades e com novas abordagens, personagens e estéticas, mas um cinema com outra composição de campo cinematográfico, mais aberto e mais tensionado, mais politizado e mais responsável, embora com todos os ajustes e amadurecimentos necessários na relação com o fazer cinematográfico e com as recepções críticas desse fazer.

De várias formas, o evento acompanhou os altos e baixos da produção nacional, tanto em termos de seleção e exibição de filmes quanto como espaço de discussão, interação, reunião e circulação de quem trabalha ou se interessa pelo cinema brasileiro. Afinal, desde o nascimento, a Mostra nunca se contentou em só exibir filmes. Desde a primeira edição, promove o Seminário do Cinema Brasileiro, que reúne profissionais da área em mesas de debate sobre variados temas.

Em 2023, a Mostra Tiradentes inovou, mais uma vez, e lançou a 1ª edição do Fórum de Tiradentes – Encontros pelo Audiovisual Brasileiro. Um fórum de reflexão, cooperação e apoio para a reconstrução das políticas culturais. Um fórum que abrigou um debate capaz de agrupar visões e necessidades dos diferentes atores do setor audiovisual, campo cada dia mais complexo e descentralizado.

Mais de 70 profissionais do audiovisual brasileiro estiveram reunidos de forma online e presencial e colaboraram para o diagnóstico dos pontos críticos do setor – fortemente afetado pela pandemia e pelo descaso do governo federal nos últimos cinco anos. Os resultados do rico exercício dos Grupos de Trabalho estão traduzidos na Carta de Tiradentes 2023 e no conjunto de relatórios que propuseram as recomendações específicas para o enfrentamento dos pontos e prioridades, as recomendações transversais, tendo em vista a interseção de cada segmento com o conjunto da cadeia produtiva, e visão de futuro, adotando por premissas orientadoras os eixos: descentralização, diversidade, democracia, desenvolvimento econômico e social.

Em 2024, a Universo Produção promove a 2ª edição do Fórum de Tiradentes no contexto da programação da 27ª edição da Mostra de Cinema, realizada de 19 a 27 de janeiro de 2024.

SOBRE O FÓRUM

O Fórum de Tiradentes promove encontros pelo audiovisual brasileiro, movimentos e espaços colaborativos e propositivos de articulação, troca de experiências e debates voltados à reflexão, ao monitoramento e diagnósticos das políticas públicas do audiovisual no Brasil.

Foi implantado no âmbito da 26ª Mostra de Cinema de Tiradentes (janeiro/2023) e contou com a participação de mais de 70 profissionais do setor audiovisual que atuaram em cinco grupos de trabalho – formação, preservação, produção, exibição/difusão, distribuição e circulação e esboçaram recomendações específicas e transversais, adotando por premissas orientadas os eixos: descentralização, diversidade, democracia, desenvolvimento econômico e social.

O Fórum de Tiradentes possui uma coordenação executiva de seus fundadores Raquel Hallak, Mário Borgneth e Alfredo Manevy, responsáveis pela sua representação junto ao poder público e à sociedade civil, assim como pela proposição de pautas de trabalho do Fórum, a partir de demandas e interesses do setor audiovisual.

Com calendário anual centrado na realização da Mostra de Cinema de Tiradentes, o Fórum tem participação regular nas edições da CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto – com foco nas questões relacionadas à Preservação e a interface do audiovisual com a Educação, na Mostra CineBH e Brasil CineMundi – para tratamento das questões do mercado audiovisual, internacionalização e coproduções do audiovisual brasileiro, além participar de outros eventos e festivais do calendário audiovisual brasileiro quando convidado. O financiamento de suas atividades tem sido assegurado pela Universo Produção a partir de sua pauta de eventos.

O Fórum de Tiradentes pretende, assim, contribuir para a construção de uma percepção mais ampla das questões a serem enfrentadas, de forma a contemplar o conjunto de aspectos econômicos, sociais e culturais inscritos na atividade audiovisual.

TEMA CENTRAL | 2024

CULTURA E DEMOCRACIA: O AUDIOVISUAL NA AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL



Foto: Leo Lara



Foto: Leo Fontes

Fórum de Tiradentes: encontros pelo audiovisual brasileiro

O TEMPO NÃO PARA

Débora Ivanov, Mario Borgneth e Raquel Hallak

2024. Tempo de avançar na reconstrução, renovar compromissos democráticos e reafirmar a renovação. Tempo de respostas às sequelas do colapso institucional que se abateu sobre a cultura e o audiovisual no passado recente, e assumir os desafios impostos na sua superação. Tempo de celebrar raízes, encontros, de fortalecer nossa identidade como nação e projetar a potência de nosso futuro.

Nascido no raiar de 2023 sob o signo do entusiasmo e da esperança, o Fórum de Tiradentes expressou o engajamento do setor audiovisual no novo momento de reconciliação democrática do país, representado pela eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Engajamento militante, comprometido com a reconstrução da cultura e do audiovisual, que reuniu um amplo conjunto de profissionais e instituições de todos os segmentos da atividade para a reflexão propositiva sobre os destinos do setor, reconhecendo seu caráter estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O Fórum de Tiradentes nasceu para inaugurar um espaço necessário de reflexão que identificou as múltiplas demandas do setor, mas não só, propôs estabelecer um canal de diálogo propositivo com o poder público para a construção de uma visão sistêmica, capaz de reconhecer e potencializar a diversidade de sua expressão. Uma visão do ecossistema audiovisual, cuja saúde depende da alimentação de seus múltiplos agentes, num desenho pluricelular, onde a formação, a produção, a distribuição, a difusão e a preservação reconhecem a interdependência que movimenta a sua cadeia de valor.

Com esses objetivos, o Fórum publicou e fez circular um extenso diagnóstico e um conjunto de propostas de diretrizes que animou discussões em todo o país, junto a diversas instâncias: Congresso Nacional, Governo Federal, Poder Judiciário e governos estaduais e municipais, além do debate público, seja na internet, seja em reuniões realizadas em diversas capitais.

As movimentações no setor em 2023 foram intensas. Largos passos foram dados na recomposição institucional do Ministério da Cultura e da Secretaria do Audiovisual: na recomposição das bases de governança dos assuntos do audiovisual com a renovação do Conselho Superior do Cinema, novas Câmaras Técnicas e Conselhos na Secretaria do Audiovisual e na Ancine – Agência Nacional de Cinema; no incremento de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual; na experiência de execução da Lei Paulo Gustavo, que sintonizou operações ao fomento entre o Governo Federal, Estados e Municípios com premissas democráticas e universalizantes.

Intensa foi também a movimentação junto ao Parlamento, onde vimos a mobilização das diversas entidades representativas do setor para na renovação das importantes Leis da Cota de Tela no Cinema e na TV paga, além da discussão fundamental, mas ainda inconclusa, da regulação do VoD, entre outras.

Acompanhamos com expectativa a promissora reaproximação do BNDES às pautas da cultura e, especialmente, do audiovisual, alimentando novas perspectivas de investimento.

É de se destacar, ainda em 2023, a realização do 9º Congresso Brasileiro de Cinema, o que revitalizou essa instância que tanto contribuiu no passado para o avanço da atividade audiovisual.

Muitas outras ações foram postas em movimento, no enfrentamento das diversas questões demandadas pelos vários segmentos do setor e do mercado audiovisual. Todo esse cenário permite renovarmos as esperanças e o entusiasmo. Imensos são os desafios que se impõem, mas imensa é a força do audiovisual.

O Fórum de Tiradentes chega a sua segunda edição em 2024 com empenho renovado. É tempo de avanços! Hoje, mais do que nunca, é necessário aprofundar a estruturação de uma política nacional de abrangência sistêmica, que responda aos desafios da natureza cultural e industrial do audiovisual, garantindo seu papel central no desenvolvimento humano e social contemporâneo. É o momento de construção de uma política de Estado multissetorial, envolvendo diferentes instâncias do Executivo, Legislativo e Judiciário, que permita a plena potencialização do audiovisual brasileiro e reforce seu impacto positivo no desenvolvimento econômico e social nacional e nos projete no cenário mundial. É tempo de aprofundar as relações com estados e municípios, valorizando a prática republicana e federativa das políticas de fomento.

É tempo de ocupar espaços e telas com as singularidades da nossa cultura e conquistar corações e mentes para os ideais da paz, da harmonia e da fraternidade.

É tempo de urgência na consolidação da democracia.

Que os raios da liberdade e igualdade iluminem o horizonte do Brasil!

Viva a 27ª Mostra de Cinema de Tiradentes!



■ Mário Borgneth, Raquel Hallak e Debra Ivanov, Coordenadores Executivos do 2º Fórum de Tiradentes



DINÂMICA E METODOLOGIA



DINÂMICA E METODOLOGIA

A 2ª edição do **Fórum de Tiradentes** foi realizada por encontros online e presenciais com coordenadores, integrantes dos grupos de trabalho e convidados formados por artistas, gestores, pesquisadores e representantes de entidades convidadas e a programação incluiu uma sessão de abertura, três reuniões de trabalho dos eixos temáticos, três debates conceituais, uma sessão plenária presencial e aberta ao público. Os Grupos de Trabalho trataram das especificidades dos setores de **formação, produção, distribuição, exibição e preservação audiovisual** na atual conjuntura, em diálogo com os **eixos centrais** desta edição do Fórum: **o avanço das políticas estruturantes e transversais, legislação e marcos regulatórios, com especial ênfase na regulação dos serviços de VOD, e os desafios de capacitação para a gestão compartilhada de políticas nacionais de fomento com Estados e Municípios.**

Reuniões de GTs e debates integraram a dinâmica do Fórum de Tiradentes



Os integrantes da formação original dos GTs foram convidados a colaborar e participar de reuniões preparatórias online que antecederam ao início do evento. E, para os encontros presenciais em Tiradentes, durante quatro dias, de 20 a 23 de janeiro, participaram os coordenadores executivos, coordenadores dos GTs e alguns de seus integrantes e, ainda, profissionais que manifestaram interesse em colaborar e convidados que estiveram no centro dos debates abertos ao público. Todos foram credenciados a participar de reuniões de trabalho transversais e dos debates propostos com pautas específicas e correspondentes de cada eixo temático proposto para a edição.

As conclusões foram apresentadas em uma sessão plenária aberta ao público, resultando na elaboração de documento que representa o conjunto das discussões denominada **Carta de Tiradentes 2024** que teve leitura no encerramento da 2ª edição do Fórum.

EIXOS TEMÁTICOS

Para a 2ª edição do Fórum de Tiradentes, foram eleitos três eixos temáticos como foco de debates, reflexões e proposições, a saber:

EIXO 1 – APRESENTAÇÃO DO BALANÇO DO SETOR AUDIOVISUAL EM 2023 E PERSPECTIVAS PARA 2024

EIXO 2 – LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO DO MERCADO AUDIOVISUAL – FOCO NA REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE STREAMING

EIXO 3 : GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIFICAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS – FOCO NA LEI PAULO GUSTAVO, LEI ALDIR BLANC E ARRANJOS REGIONAIS

Desta forma, o Fórum de Tiradentes reafirma seu propósito de promover um debate capaz de articular visões de diferentes atores de um campo cada dia mais complexo e descentralizado, de forma a contemplar aspectos econômicos, sociais e culturais da atividade audiovisual do audiovisual e contribuir para a reflexão, cooperação e apoio para reconstrução das políticas públicas culturais.

Os interessados puderam contribuir de forma online pela plataforma do evento – mostratiradentes.com.br e também participar presencialmente da sessão de abertura,



dos debates relacionados aos eixos temáticos desta edição e da plenária aberta ao público quando o trabalho dos GTs foi apresentado em um documento final para encaminhamento ao Ministério da Cultura, Ancine, órgãos e entidades representativas do setor, com apresentação pública e para a imprensa no encerramento dos trabalhos em Tiradentes.

COORDENADORES

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Débora Ivanov – produtora e distribuidora

Mário Borgneth – diretor e produtor de cinema e TV

Raquel Hallak – diretora da Universo Produção e coordenadora geral da Mostra de Cinema de Tiradentes

GT DE FORMAÇÃO

Coordenação: **Alessandra Meleiro** – pesquisadora, gestora cultural e integrante do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual – Forcine | SP

GT - PRODUÇÃO

Coordenação: **Cintia Domit Bittar** – cineasta e diretora na Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro – API | SC

GT - DISTRIBUIÇÃO

Coordenação: **Lia Bahia** – pesquisadora e professora UFF | RJ

GT - EXIBIÇÃO / DIFUSÃO

Coordenação: **Pedro Butcher** – jornalista, professor e pesquisador | RJ

GT - PRESERVAÇÃO

Coordenação: **José Quentall** – preservador audiovisual | RJ

COLABORADORES E PARTICIPANTES

Adhemar Oliveira – diretor de programação/Espaço Itaú de Cinema | SP

Adriana Fresquet – pesquisadora, professora URFJ, Rede Kino

Álvaro Malaguti – relacionamento/Rede Nacional de Ensino e Pesquisa | DF

André Mielnik – roteirista e produtor | RJ

Anne Santos – técnica e editora de som, cineclubista e realizadora | RJ

Aryanne Ribeiro – produtora e gestora cultural | MG

Camila Lamha – Coordenadora de Aquisição de Conteúdo e Projetos – Canal Brasil | RJ

Clarissa Alvarenga – Professora e pesquisadora – UFMG | MG

Daniel Jaber – Fórum dos Streamings Independentes | MG

Daniel Queiroz – distribuidor e curador | MG



■ Coordenadores do 2º Fórum de Tiradentes

Daniela Giovana Siqueira – professora UFMS, doutora pela ECA/USP | SP

Daniela Mazzilli – diretora da Cinemateca Capitólio/RS e coordenadora de Cinema, Vídeo e Fotografia da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre | RS

Débora Butruce – preservadora audiovisual e presidente da ABPA | SP

Edileuza Penha de Souza – pesquisadora e professora UNB, documentarista | DF

Felipe Lopes – distribuidor e presidente Andai | RJ

Fernanda Omelczuk – professora e pesquisadora – UFSJR | MG

Guilherme Fiúza Zenha – diretor e produtor | MG

Ibirá Machado – distribuidor | SP

Igor Bastos – cineasta, produtor de animação | MG

Joana Nin – cineasta | PR

Laura Bezerra – professora UFRB | BA

Leo Edde – diretor e produtor, presidente do Sicav | RJ

Luciana Damasceno – roteirista, atriz e cofundadora da Cardume, streaming de curtas-metragens brasileiros | MG

Marcio Blanco – cineasta, professor e pesquisador/Fórum dos Festivais | RJ

Márcio Yatsuda – presidente da produtora audiovisual Movioca e membro do Conselho Federal da Bravi | SP

Maria Angélica Santos – socióloga UFRGS | RS

Maria Fernanda Coelho – preservadora audiovisual | RJ

Patrícia Durães – exibidora | SP

Rosana Alcântara – advogada, especialista na área audiovisual | RJ

Silvana Meireles – gestora cultural Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ | PE

Talita Arruda – distribuidora, pesquisadora e curadora, membro Apan | BA

Tatiana Carvalho Costa – Presidente da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro – APAN | MG

Vítor Graize – diretor e pesquisador, produtor da UFES | ES

CONVIDADOS

Camila Coelho – gerente Executiva de Gestão e prestação de contas da Spcine | SP

Claudio Abrantes – secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

Daniela Santana Fernandes – diretora de Preservação e Difusão Audiovisual – Secretária Nacional de Audiovisual/ Ministério da Cultura

Denise Marques – coordenadora de Economia Criativa do Sebrae Nacional

Eduardo Mendes Pinto – diretor Presidente da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul

Eliane Parreiras – secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados

Emmanuel Lenain – embaixador da França no Brasil

Fabício Noronha – secretário de Estado de Cultura do Espírito Santo e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura

Keiko Okamura – Superintendente de Desenvolvimento da Economia Criativa da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso

João Cândido – subsecretário de Difusão e Diversidade Cultural do Distrito Federal

Joelma Gonzaga – secretária Nacional do Audiovisual | Ministério da Cultura | DF

Juca Ferreira – assessor da Presidência do BNDES e ex-ministro da Cultura | DF

Marcelo Rocha – superintendente de Investimentos e Parcerias Estratégicas da Spcine | SP

Margareth Menezes – Ministra da Cultura

Pablo Soares Pires – assessor do Audiovisual da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

Paulo Alcoforado – diretor da Agência Nacional de Cinema – Ancine

Rodrigo Antônio da Silva – Diretor de Formação e Inovação – Secretaria Nacional de Audiovisual – Ministério da Cultura

Thaylane Cristina – BH Film Comission – Prefeitura de Belo Horizonte

Thiago Rocha Leandro – diretor de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios / Secretária Nacional dos Comitês de Cultura – Ministério da Cultura



■ Participantes do 2º Fórum de Tiradentes



MENSAGEM DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA NA SESSÃO DE ABERTURA



Mensagem proferida na sessão de abertura do 2º Fórum de Tiradentes, dia 20 de janeiro de 2024, durante a 27ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada de 19 a 27 de janeiro de 24, em Tiradentes – MG

Exmº Sr. procurador geral do Ministério Público de Minas Gerais, **Jarbas Soares Júnior**;

Exmª Srª ministra da Cultura, **Margareth Menezes**;

Exmº Sr. embaixador da França no Brasil, **Emmanuel Lenain**;

Exmª Srª secretária Nacional de Audiovisual do Ministério da Cultura, **Joelma Gonzaga**;

Exmº Sr. secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo, aqui representando o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, **Fabrcio Noronha**;

Exmª Srª secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, **Eliane Parreiras**;

Exmº Sr. assessor do Audiovisual da Secretária de Cultura e Turismo de Minas Gerais, **Pablo Soares Pires (Dom Black)**;

Exmª Srª coordenadora executiva do 2º Fórum de Tiradentes e mediadora desta sessão de abertura, **Débora Ivanov**;

Senhoras e senhores,

Amigos,

O tempo não para! 2024!

Tempo de avançar na reconstrução, avançar na consolidação da democracia, avançar na inovação.

Avançar nas respostas ao colapso institucional que se abateu sobre a cultura e o audiovisual no passado recente. E superar seus desafios.

Tempo de celebrar raízes, encontros, de fortalecer nossa identidade como nação, reconhecer a potência de nossa diversidade cultural nas estratégias de desenvolvimento econômico e social, e na defesa da soberania nacional.

Nascido em janeiro de 2023 sob os signos do entusiasmo e da esperança, o Fórum de Tiradentes expressou o engajamento do setor audiovisual no novo momento de reconciliação com a democracia, representado pela eleição do presidente Lula.

Engajamento militante, compromissado com o fortalecimento da cultura e do audiovisual, que reuniu um amplo conjunto de profissionais e instituições, de todos os segmentos da atividade, para promover uma reflexão propositiva sobre os destinos do setor, a partir de uma visão sistêmica, um desenho pluricelular, onde a formação, a produção, a distribuição, a difusão e a preservação veem reconhecida sua interdependência na movimentação da cadeia de valor do setor.

Com esses objetivos, o Fórum publicou e fez circular um extenso diagnóstico e um conjunto de propostas que animou discussões em todo o país junto a diversas instâncias do Congresso Nacional, Governo Federal, Poder Judiciário, governos estaduais e municipais, além do debate público, seja na internet, seja em reuniões realizadas em diversas capitais.

O ano de 2023 foi de movimentações intensas no audiovisual. Largos passos foram dados:

- na recomposição institucional do Ministério da Cultura;
- na recomposição das bases de governança dos assuntos do audiovisual com a renovação do Conselho Superior do Cinema e as novas Câmaras Técnicas e Conselhos na Secretaria do Audiovisual e na Ancine;
- no incremento de investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual;
- na experiência de execução da Lei Paulo Gustavo, que sintonizou operações de fomento entre o Governo Federal, Estados e Municípios, sob premissas democráticas e universalizantes.

Também foi intensa a movimentação junto ao Parlamento, onde vimos a mobilização das diversas entidades representativas do setor na renovação das importantes Leis de Cota de Tela no cinema e na TV paga, além da discussão fundamental, mas ainda inconclusa, da regulação do VoD, entre outras.

Acompanhamos com expectativa a promissora reaproximação do BNDES às pautas da cultura e, em especial, do audiovisual, alimentando novas perspectivas de investimento.

FÓRUM DE TIRADENTES

É de se destacar neste ano a realização do 9º Congresso Brasileiro de Cinema, revitalizando essa instância que tanto contribuiu no passado para o avanço da atividade audiovisual.

Muitas outras ações foram postas em movimento, no enfrentamento das múltiplas demandas do setor e do mercado, compondo um cenário que permite renovarmos as esperanças e o entusiasmo.

O Fórum de Tiradentes chega a sua segunda edição em 2024 com empenho renovado.

É tempo de avanços!

Hoje, mais do que nunca, é necessário aprofundar a estruturação de uma política nacional que responda aos desafios da natureza cultural e industrial do audiovisual.

É tempo de aprofundar as relações do Governo Federal com estados e municípios, valorizando a prática republicana e federativa nas políticas de fomento, de forma integrada e convergente.

É o momento de construção de uma política de Estado multissetorial, coordenando diferentes instâncias do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, que permita a plena realização do audiovisual brasileiro, reforçando seu impacto positivo na sociedade, e capaz de nos projetar competitivamente no cenário internacional.

É tempo de ocupar espaços e telas com as singularidades da nossa cultura e conquistar corações e mentes para os ideais da paz e da fraternidade.

É tempo de urgência na consolidação da nossa democracia.

Imensos são os desafios que se impõem, mas imensa é a força do audiovisual brasileiro.

Que os raios da liberdade e da igualdade iluminem o horizonte do Brasil!

Viva a 27ª Mostra de Tiradentes!

Mário Borgneth

Coordenador executivo do Fórum de Tiradentes

■ Mario Borgneth, coordenador executivo do Fórum de Tiradentes, fez a leitura da Mensagem de Boas-Vindas durante a Sessão de Abertura



REUNIÕES DE TRABALHO GTs

EIXO 1

Apresentação do balanço do setor audiovisual em 2023 e perspectivas para 2024

EIXO 2

Legislação e Regulação do Mercado Audiovisual: Foco VoD

EIXO 3

Os Desafios da Gestão Compartilhada das Políticas nacionais do audiovisual, integração e convergência com Estados e Municípios

Balanço de execução da Lei Paulo Gustavo, preparação da Lei Aldir Blanc e arranjos regionais do fundo setorial do audiovisual, visando apontar diretrizes e ações para aprimoramentos de políticas públicas de execução compartilhada.

Participação: Coordenadores e integrantes do Fórum de Tiradentes, do Ministério da Cultura / Secretaria do Audiovisual e Secretaria de Comitês da Cultura, integrantes do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e do Fórum Nacional de Secretários e gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados

DOCUMENTO FINAL

Elaboração e Apresentação da Carta de Tiradentes 2024



Foto: Leo Lara



Foto: Jackson Romanelli



Foto: Leo Lara



Foto: Jackson Romanelli

■ Participantes do Fórum de Tiradentes se reuniram em diversos momentos para as reuniões dos GTs

SESSÃO DE ABERTURA E DEBATES

SESSÃO DE ABERTURA

Tema: **CULTURA E DEMOCRACIA: O AUDIOVISUAL NA AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL**

A promoção da cultura e do audiovisual no contexto do desenvolvimento, da defesa da democracia e na afirmação da soberania nacional. O aprofundamento das políticas públicas, universalização de acesso e implantação de marcos regulatórios de proteção e estímulo ao setor.

Convidados:

Eliane Parreiras – secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados | MG

Fabício Noronha – secretário de Estado de Cultura do Espírito Santo e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura | ES

Joelma Gonzaga – secretária Nacional do Audiovisual – Ministério da Cultura | DF

Pablo Soares Pires – assessor do Audiovisual da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais | MG

Margareth Menezes – ministra da Cultura | DF

Mediadora: **Debora Ivanov** – coordenadora executiva do 2º Fórum de Tiradentes e + Mulheres | SP

Debate disponível no canal do Youtube da Universo Produção em: https://youtu.be/cXzm7AHYLnE?si=7Use_gvx4zowrV27



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Fontes

Diretores da Universo Produção Raquel Hallak e Quintino Vargas entregam placas de agradecimento para a Ministra Margareth Menezes, para o Procurador-Geral do MPMG Jarbas Soares Júnior e para o Embaixador da França no Brasil Emmanuel Lenain

DEBATE | EIXO 1

Tema: **DIRETRIZES E PERSPECTIVAS PARA O AUDIOVISUAL BRASILEIRO EM 2024**

Apresentação dos avanços do setor audiovisual em 2023 e das perspectivas para 2024. Políticas nacionais, arranjos regionais e programas de internacionalização do audiovisual brasileiro.

Convidados:

Alex Braga – diretor-presidente da Ancine | RJ

Joelma Gonzaga – secretária Nacional do Audiovisual – Ministério da Cultura | DF

Debora Ivanov – Siaesp – Programa Cinema do Brasil | SP

Márcio Yatsuda – Bravi – Programa Brazilian TV Producers | SP

Marcelo Rocha – superintendente de investimentos e parcerias estratégicas da Spcine | SP

Mediadora: **Tatiana Carvalho Costa** – presidente da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro – Apan e curadora | MG

Debate disponível no canal do Youtube da Universo Produção em: <https://youtu.be/oiiPpCLdDsk>



Foto: Leo Fontes

DEBATE | EIXO 2

Tema: **LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO DO MERCADO AUDIOVISUAL: FOCO VoD**

Um dos maiores mercados consumidores de VoD do mundo, o Brasil ainda não implantou qualquer marco regulatório para os serviços de streaming. Lideranças políticas, representantes do poder público e profissionais do audiovisual vão debater que modelo de regulação queremos no Brasil.

Convidados:

Cintia Domit Bittar – cineasta e diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro – API e integrante do +Mulheres | SC

Joelma Gonzaga – secretária Nacional do Audiovisual – Ministério da Cultura | DF

Juca Ferreira – assessor da Presidência do BNDES e ex-ministro da Cultura | DF

Leo Edde – produtor e presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual – Sicav e vice-presidente da Firjan | RJ

Paulo Alcoforado – diretor da Ancine | RJ

Mediadora: **Rosana Alcântara** – advogada especializada em regulação do audiovisual e integrante do +Mulheres | RJ

Debate disponível no canal do Youtube da Universo Produção em: <https://youtu.be/UbeyTSebFAo?si=BlxP7jCp5jxKFrKr>



Foto: Leo Fontes



A sessão de abertura e os debates do 2º Fórum de Tiradentes estão disponíveis no canal do YouTube da Universo Produção. Escaneie o QR Code e confira.

DEBATE | EIXO 3



Foto: Leo Fontes

Tema: GESTÃO COMPARTILHADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIFICAÇÃO DE ENTES FEDERATIVOS

Os desafios da gestão compartilhada na execução de políticas nacionais de fomento ao audiovisual por meio da Lei Paulo Gustavo, da Lei Aldir Blanc e dos Arranjos Regionais, que envolve o Ministério da Cultura, Ancine, estados e municípios, com especial atenção à qualificação dos agentes públicos e a convergência das ações locais para uma estruturação sistêmica.

Convidados:

Camila Coelho – gerente Executiva de Gestão e prestação de contas da Spcine | SP

Denise Marques – coordenadora de economia criativa do Sebrae Nacional

Fabício Noronha – secretário de Estado de Cultura do Espírito Santo e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura

Gabriel Portela – secretário Municipal Adjunto de Cultura e secretário-geral do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados

Paulo Alcoforado – diretor da Ancine

Thiago Rocha Leandro – diretor de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e municípios da Secretaria Nacional dos Comitês de Cultura – Ministério da Cultura

Mediadora: **Alessandra Meleiro** – pesquisadora, gestora cultural, coordenadora do GT Formação do Fórum de Tiradentes e integrante do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual – Forcine

Debate disponível no canal do Youtube da Universo Produção em: <https://youtu.be/5EV94p1xswl>

PLENÁRIA ABERTA

Tema: LEITURA DA CARTA DE TIRADENTES

Apresentação, leitura e entrega da Carta de Tiradentes – documento oficial resultante dos trabalhos realizados pelos coordenadores executivos, coordenadores dos GTs, colaboradores e participantes do 2º Fórum de Tiradentes.

Debate disponível no canal do Youtube da Universo Produção em: <https://youtu.be/5EV94p1xswl>



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Lara

Os integrantes do Fórum, Felipe Lopes (GT Distribuição) e Tatiana Carvalho Costa (GT Formação) fizeram a leitura da Carta de Tiradentes 2024 durante plenária aberta





CARTA DE TIRADENTES 2024

DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES
PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA O SETOR AUDIOVISUAL



PARA ALÉM DA URGÊNCIA DO PRESENTE, NÃO PODEMOS ABRIR MÃO DE IMAGINAR E CONSTRUIR OUTROS FUTUROS

O Fórum de Tiradentes teve sua primeira edição em janeiro de 2023, com o objetivo de promover a reflexão, a análise e a proposição de recomendações voltadas à formulação das políticas públicas para o audiovisual brasileiro, reunindo profissionais do setor em cinco grupos de trabalho: Formação, Produção, Exibição/Difusão, Distribuição/Circulação e Preservação.

O Fórum tem como premissa o pensamento transversal para uma compreensão sistêmica da atividade audiovisual, ancorado nos princípios da promoção da **democracia**, da **diversidade**, da **descentralização** e do **desenvolvimento econômico e social**.

A 2ª edição do Fórum, durante a 27ª Mostra de Cinema de Tiradentes, reafirma sua metodologia, objetivos e princípios, bem como seu compromisso com a equidade de gênero e étnico-racial, a diversidade LGBTQIAPN+ e a visibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no pensamento da política audiovisual. Reafirma também a importância do aprofundamento de diálogo entre a sociedade civil, por meio das entidades representativas do setor audiovisual, conselhos de política cultural, agentes públicos, e os mais diversos fóruns do setor, de forma a promover uma construção democrática e contemplar a ampla diversidade dos agentes atuantes no ecossistema audiovisual brasileiro.

A dinâmica dos trabalhos da 2ª edição do Fórum de Tiradentes, que contou com a coordenação executiva de Débora Ivanov, Mário Borgneth e Raquel Hallak, incluiu a análise do histórico de realizações alcançadas em 2023, tendo como base as diretrizes e recomendações formuladas na 1ª edição do Fórum, bem como a reflexão sobre prioridades a serem estabelecidas para os próximos anos, por meio da escuta ativa e debates entre coordenadores, integrantes dos grupos de trabalho e convidados formados por profissionais do setor, gestores culturais e representantes de entidades convidadas, ao longo de quatro dias.

Os Grupos de Trabalho da 1ª edição do Fórum foram reconvocados, e somaram-se novos integrantes, sob a coordenação de Alessandra Meleiro e Adriana Fresquet (GT Formação), Cíntia Domit Bittar (GT Produção), Lia Bahia (GT Distribuição/Circulação), Pedro Butcher (GT Exibição/Difusão) e José Quental (GT Preservação). Os GTs se dedicaram aos eixos centrais desta edição do Fórum: (1) o avanço de políticas estruturantes e transversais; (2) legislação e marcos regulatórios – com especial ênfase na regulação dos serviços de VoD; e (3) os desafios da gestão compartilhada de políticas nacionais de fomento com estados e municípios.

O amplo debate, que contou com reuniões prévias online e com reuniões presenciais no período de 20 a 23 jan. 2024, partiu do reconhecimento dos avanços significativos empreendidos ao longo de 2023. Entre esses avanços celebramos a reconstrução do Ministério da Cultura, a recriação da Secretaria Nacional do Audiovisual, o novo Conselho Superior do Cinema com sua composição inédita com paridade de gênero e diversidade étnico-racial e regional, e o fortalecimento da Ancine, resgatando o tripé institucional da política audiovisual.

Celebramos também a aprovação, pelo Congresso Nacional, das leis que prorrogaram as cotas de tela na TV por assinatura e nas salas de cinema, assim como o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Economia Criativa.

Destacamos a retomada das ações de internacionalização, como a integração de ações entre os países do Mercosul, a retomada da participação brasileira no programa audiovisual da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – e dos programas de exportação do audiovisual brasileiro realizados em parceria com a Apex Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e o Ministério das Relações Exteriores.

Celebramos a reaproximação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) às pautas da cultura, especialmente do audiovisual, que alimenta novas perspectivas de investimento.

Ressaltamos ainda a desafiadora execução da Lei Paulo Gustavo, que fomentou o audiovisual e a cultura em todos as 27 unidades federativas do país e alcançou 98% dos municípios brasileiros, exercendo o princípio da gestão compartilhada entre o Governo Federal, Estados e Municípios, e garantiu o acesso de grupos historicamente minorizados, gerando acúmulo de experiências norteadoras para a qualificação da execução do Pnab (Plano Nacional da Lei Aldir Blanc) nos próximos anos.

Como resultado dos encontros que constituíram o 2º Fórum de Tiradentes, compartilhamos um conjunto de recomendações e sugestões de diretrizes gerais para discussão com a sociedade e as diferentes instâncias do poder público, visando cooperar para o desenvolvimento da agenda da política audiovisual de 2024.

DIRETRIZES E RECOMENDAÇÕES

1. GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- A urgente nomeação do **Comitê Gestor** do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), buscando a representação do conjunto de segmentos da atividade com atenção à paridade de gênero, à diversidade étnico-racial e à diversidade regional, respeitando as listas tríplexes encaminhadas pelos membros do Conselho Nacional de Cinema.
- Retomar as **Câmaras Técnicas** da Ancine para garantir a prática do diálogo construtivo e subsidiar a melhor realização do mandato institucional da agência.
 - A composição de câmaras técnicas deve abarcar o conjunto de segmentos da atividade audiovisual, incluindo também os setores de distribuição, formação, pesquisa e preservação.
 - É fundamental prorrogar a Câmara Técnica Setorial das Entidades Representativas da Produção Brasileira Independente.
- Reestabelecer o **Conselho Consultivo** da Secretaria do Audiovisual, com representação do conjunto de segmentos da atividade, tendo por base as listas tríplexes apresentadas pelas entidades do setor em maio de 2023, além de incluir um representante da área de pesquisa.
- Formar uma **Comissão Intergestora Tripartite**, com representantes de Estados, Municípios e Ministério da Cultura, prevista no Sistema Nacional de Cultura, de forma a garantir uma melhor articulação das políticas culturais federativas, com o objetivo de promover a definição de papéis dos entes federados, evitar sobrementos e lacunas, e concertar o caráter complementar das ações respectivas.
- Constituir o **Conselho de Programação** da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), com participação de representantes dos diferentes elos da cadeia audiovisual para estabelecer um canal permanente de diálogo com o setor, bem como parametrizar o licenciamento de obras audiovisuais na TV Brasil.

2. REGULAÇÃO DO VÍDEO SOB DEMANDA

- É urgente reforçar a atenção e os esforços do Governo Federal, Congresso Nacional e sociedade para a regulação do Vídeo Sob Demanda (VoD), considerando:
 - Alíquota de no mínimo 14% de **Condecine** sobre o faturamento bruto das plataformas de VoD no território brasileiro para o fomento da indústria brasileira independente, conforme proposta inicial do deputado relator, An-

dré Figueiredo, e alinhado com regulações internacionais. Sua destinação deve ser definida por regulamentação dos órgãos competentes, respeitando o Plano de Diretrizes e Metas do Audiovisual;

- Garantia do direito de **propriedade intelectual** e patrimonial das obras realizadas com recursos da regulação exclusivamente para as empresas brasileiras e majoritariamente para as empresas brasileiras independentes;
- A presença de no mínimo 10% de **conteúdo** brasileiro independente na programação das plataformas de VoD, com **destaque e proeminência** das obras nos catálogos de programação ofertados ao consumidor, a ser cumprida de forma progressiva;
- A **transparência** e o acesso a dados das plataformas de VoD pela agência reguladora;
- Contemplar **todas as plataformas** de disponibilização de catálogo de VoD, de forma ampla, incluindo todas as plataformas que sejam remuneradas a partir de rentabilização de conteúdos audiovisuais.
- Na regulamentação da lei, será importante garantir:
 - o estímulo à existência e fortalecimento de plataformas brasileiras independentes;
 - o apoio a migração dos canais Super Cabeq̄s ao novo ambiente digital;
 - a não precarização das licenças de conteúdos brasileiros, garantindo a efetividade da propriedade intelectual;
 - e o regramento das janelas de exibição a fim de não precarizar os demais segmentos de exibição.
- É fundamental engajar todos os elos da cadeia do audiovisual e os secretários de cultura dos estados e municípios de todo o país para uma atuação forte e alinhada na defesa da regulação do VoD favorável às empresas brasileiras independentes.

3. LEI DO AUDIOVISUAL

- Reforçamos a urgência da mobilização do Governo Federal e sociedade civil, junto ao Legislativo, para a **prorrogação** da vigência dos incentivos fiscais previstos nos artigos 1º e 1º-A, da Lei 8.685/1993;
- É fundamental **atualizar os limites** de aporte de recursos previstos nos artigos 1º e 1º-A, 3º e 3º-A, que se encontram defasados, pois foram fixados há 30 anos, em 1993. Recomendamos a atualização com metodologia e índices previstos na Análise de Impacto Regulatório Ancine 1-E/2020/SEC/CTR;

- As **destinações** de recursos provenientes dos incentivos do art. 1º-A, para projetos de preservação, difusão e infraestrutura técnica, previstos no 54º, precisam ser regulamentados.

4. MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA

- É necessário intensificar os esforços para a aprovação do PL 3.905/2021, que promove o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, para garantir maior **segurança jurídica** e agilidade na execução de projetos culturais. Esse marco legal trará grande impacto positivo na gestão do Pnab – Plano Nacional Aldir Blanc e de outras políticas culturais;

– Recomendamos especial atenção às demandas do setor audiovisual brasileiro independente no texto da Lei;

- Propor a construção de um **Marco Regulatório do Audiovisual**, para consolidar as regras de execução de todos os mecanismos de fomento, com vistas a sua desburocratização e segurança jurídica na execução das políticas públicas ao setor.

5. DIREITOS AUTORAIS

- Instituir na legislação brasileira o direito de remuneração, a ser pago pelos usuários finais de obras audiovisuais – a exemplo de plataformas digitais, emissoras e canais de TV aberta e fechada, salas de cinema e outros locais de frequência coletiva –, aos criadores do audiovisual brasileiro, equiparando as prerrogativas e direitos do produtor audiovisual às do produtor fonográfico e empresas de radiodifusão.

- Fortalecer o diálogo com as entidades representativas do setor e as associações de gestão coletiva de direitos para consolidar o sistema de **gestão coletiva** do audiovisual, para que titulares de direito tenham a mesma segurança que o setor da música.

6. COTAS DE CONTEÚDO BRASILEIRO

- Definir os dispositivos regulatórios, sob responsabilidade da Ancine, para implementar as cotas de conteúdo brasileiro nas salas de cinema a partir de 2024.

7. FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL (FSA)

- A articulação dos Poderes Executivo e Legislativo para garantir o **não contingenciamento** dos recursos do FSA, incluindo seus rendimentos, com a aprovação urgente do PL 259/2023;

- **Reorientar investimentos** do FSA de acordo com os valores da promoção da democratização de acesso, da diversificação de atendimento às demandas da cadeia produtiva e da abrangência federativa das políticas de fomento, a partir da disponibilidade integral do recolhimento da Condecine para a execução das políticas audiovisuais;

- Estabelecer **calendário** anual das linhas de fomento para garantir o mínimo de previsibilidade nas atividades do setor;

- Garantir **recursos não reembolsáveis** do FSA junto à Lei Orçamentária Anual (LOA) no montante de, no mínimo, 30% dos recursos do fundo para que sejam destinadas a ações com contrapartidas sociais e educativas, sem retorno comercial, para ações nas áreas de formação/pesquisa, produção, distribuição/circulação, exibição/difusão e preservação, tais como a promoção de acesso a bens culturais, promoção da diversidade, realização de curtas-metragens, estímulo a pequenos exibidores, cineclubes, festivais de cinema e plataformas de streaming independentes, atividades de formação, pesquisa, preservação, entre outros;

- Ampliar políticas de fomento para **comercialização e circulação** por empresas distribuidoras, nas políticas federais, estaduais e municipais, com estímulo à descentralização regional, ações afirmativas e diferentes tamanhos e perfis de projetos;

– É fundamental reduzir a contrapartida de 50% para ações de fomento à distribuição por empresas brasileiras independentes;

- Retornar as linhas de **fluxo contínuo** automático para produção e comercialização, além do apoio às empresas com carteira de projetos;

- **Atualizar valores** de investimento público no setor, que se mantêm os mesmos ou menores dos que eram praticados em 2012.

8. DESCENTRALIZAÇÃO

- Garantir critérios de descentralização em todas as ações e programas, retomando e ampliando as políticas federativas, como as Chamadas Públicas de **Coinvestimento Regional**;

- Aprimorar os mecanismos de **gestão compartilhada** de editais e programas com estados, municípios e DF;

- Promover ações permanentes de **capacitação** de gestores e agentes culturais para qualificar a implementação das políticas públicas, em especial o Plano Nacional Aldir Blanc (Pnab);

- Formar um comitê para **análise e balanço** da execução da Lei Paulo Gustavo com o objetivo de construir diretrizes na execução do Pnab;

- Realizar **mapeamento** das cadeias produtivas nos estados, identificando suas potencialidades e fragilidades, para amparar a construção de políticas públicas assertivas, complementares e integradas;

- Fortalecer a institucionalidade de agentes locais e estabelecer **diretrizes** para a execução do Pnab na área do audiovisual, em articulação com representantes do setor, da Secre-

taria do Audiovisual e dos fóruns de secretários de cultura dos estados e dos municípios, incluindo definições claras sobre a atividade para o acesso aos recursos;

- Considerar a **complementaridade e integração** das políticas públicas federais, estaduais e municipais a partir de diretrizes que atendam a todo o ecossistema do audiovisual;
- A criação do **Sistema Nacional de Audiovisual**, nos moldes do Sistema Nacional de Cultura, prevendo que cada estado tenha sua gerência, diretoria ou secretaria dedicada ao audiovisual, de acordo com suas realidades e contando com conselho consultivo;
- Estimular estados e municípios para a criação de fundos e **incentivos locais** para a promoção da atividade audiovisual;
- Promover estudo para implantação de **Centros Técnicos** Audiovisuais Regionais, dotados de infraestrutura e recursos humanos, para atender ao incremento de produções regionais promovidas pelas políticas públicas;
- Organizar ações de **esclarecimento** sobre o direito de o setor audiovisual ter acesso ao Pnab.

9. TRANSVERSALIDADE INSTITUCIONAL

- Fortalecer **articulações interministeriais** coordenadas pelo Ministério da Cultura, com base no Decreto Federal 5.520/2005, que institui o Sistema Federal de Cultura, para a construção de uma política de Estado voltada ao desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro, envolvendo os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Trabalho, das Relações Exteriores, dos Direitos Humanos e Cidadania, da Mulher, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas e das Comunicações, e envolvendo instituições como BNDES, Apex Brasil, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Finep, CNPq, entre outros.

10. POLÍTICA INTERNACIONAL

Reconhecemos os encaminhamentos positivos realizados em 2023 para ampliar a participação do audiovisual brasileiro no cenário internacional, especialmente na renovação dos programas Cinema do Brasil e Brazilian Content, e os recentes editais lançados pelo MinC/Ancine.

Para avançar nas ações de internacionalização do setor, sugerimos:

- Investir na **capacitação** dos diferentes setores que promovem relações internacionais, incluindo a formação de profissionais brasileiros para atuação como agentes de vendas internacionais;
- Retomar o Programa de **Apoio** à Participação Brasileira em

festivais, mercados, laboratórios e workshops internacionais.

- Aprimorar **acordos de coprodução** vigentes, em especial o Acordo Ibero-Americano (2016) e Latino-Americano (1998);
- Aprofundar **parcerias** com a América Latina, Mercosul, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, África, Brics, Oriente Médio e União Europeia;
- Estimular a criação de mecanismos de **atração de filmagens** nacionais e internacionais, provendo, entre outras ações, a formação e capacitação de gestores para esse fim.

11. EBC – EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

Reforçamos a importância da EBC na comunicação social para a consolidação da democracia e da cidadania, para a difusão da cultura e do audiovisual brasileiro independente, valendo-se de sua ampla penetração em todas as regiões do país.

- Ampliar a veiculação de **obras brasileiras independentes** na programação da emissora, por meio de licenciamentos;
- Garantir **transparência** em suas políticas de licenciamento, estabelecendo a prática de valores parametrizados, e que priorizem a produção e a distribuição de empresas brasileiras independentes;
- Retomar os **editais de produção** de conteúdos;
- Fortalecer o papel estratégico da EBC no **diálogo internacional** com instituições congêneres, especialmente entre países de língua portuguesa, ampliando o espaço para coproduções, intercâmbio técnico e circulação de conteúdos;
- Configurar a EBC como modelo de difusão, formação e preservação audiovisual.

12. PRESERVAÇÃO

- A criação pelo Ministério da Cultura de um Grupo de Trabalho para debater a preservação audiovisual;
- A criação de um modelo de governança para a preservação, compartilhado com estados e municípios, e participação da sociedade civil, em conexão com o Sistema Nacional de Cultura;
- A contratação de consultoria para propor modelo de governança da Rede Nacional de Arquivos e Acervos Audiovisuais, já apontados no Plano Nacional de Preservação Audiovisual em junho de 2023;
- Financiar a preservação por meio de programas e editais nas instâncias federal, estadual e municipal, para garantir continuidade e previsibilidade dos cuidados com o patrimônio audiovisual;

- Incluir investimentos para a preservação junto ao FSA por meio do Proinfra;
- Desenvolver estudo para a criação de uma Rede Nacional de Arquivos Audiovisuais Digitais para a preservação digital, cumprindo importante papel na descentralização das estruturas de preservação e acesso;
- Realizar estudo para avaliar a proposta de **Depósito Legal** Universal para obras e registros audiovisuais, modificando a Lei 10.994/2004, e promovendo descentralização do depósito legal por meio do credenciamento e repasse de recursos para instituições estaduais e municipais.

13. FORMAÇÃO

Reforçamos a compreensão da formação audiovisual como uma dimensão estruturante e fundamental da cidadania, constituição subjetiva e social brasileira e da cadeia produtiva do setor, e recomendamos:

- **Ensino técnico**
 - Mapear as iniciativas existentes e identificar os possíveis sobreamentos e lacunas, permitindo a criação de um Programa Nacional Descentralizado de Formação Técnica.
- **Gestores públicos**
 - Mapear os cursos sobre gestão e políticas culturais e **identificar as carências** de formação nos estados e municípios.
 - Retomar o Programa de **Formação** de Gestores Públicos do Sistema Nacional de Cultura e estruturar uma rede de formação envolvendo universidades, escolas de governo e outras instituições.
- **Educação básica**

Reconhecemos a importância do diálogo empreendido entre SAV e a Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual (Rede Kino).

- Regular a Lei 13.006/14 para promover a exibição de **filmes brasileiros nas escolas**;
- Regular a Lei 14.533/23 para incluir o audiovisual na **educação digital** e na Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec);
- Regular as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o estudo da **cultura africana, afro-brasileira e indígena** nas escolas;
- Atualizar a Lei 13.709/18 de Proteção de Dados e outras leis relativas à **acessibilidade** de pessoas com deficiência;

- Impulsionar a tramitação do PL 3.342/23, que institui a **Política Nacional do Audiovisual** nas escolas de ensino médio;

- Criar uma plataforma de **streaming pedagógica**, integrada à futura rede de streaming público, e a criação de um acervo audiovisual escolar livre para a produção de materiais pedagógicos.

- Disponibilizar acervos para a produção de conhecimento.

- **Ensino informal**

- Criar um **Vale Cultura Educação** como mecanismo de fomento de ações educativas nas salas de cinema, visando à formação audiovisual permanente de docentes e discentes.

- **Ensino superior**

- Importante promover ações de formação em **gestão e produção** executiva com universidades públicas;

- Articular as políticas de fomento de formação e **bolsas** para docentes e discentes em parceria com universidades públicas;

- **Pesquisas** sobre cinema e audiovisual devem ser realizadas com a Rede de Observatórios e Grupos de Pesquisa de Cinema, Audiovisual, Games e XR;

- Criar **novos cursos** de licenciatura em Cinema e disciplinas de Cinema e Audiovisual em todas as licenciaturas.

14. POLÍTICA DE PROMOÇÃO DE ACESSO

- Implementar novos programas de apoio à **circulação e difusão** de obras audiovisuais brasileiras independentes, com atenção especial ao circuito de festivais e cineclubes;

- Prever políticas de fomento à **distribuição e circulação** em âmbito federal, estadual e municipal, com estímulo à descentralização regional e territorial e às ações afirmativas;

- Ampliar a abrangência do **Vale Cultura** (Lei 12.761/2012) para a distribuição por meio de programas sociais, famílias de estudantes de escolas públicas e trabalhadores fora do regime CLT, além de possibilitar o seu uso para assinatura em plataformas de streaming independentes brasileiras;

- Regular e padronizar a **Lei de Acessibilidade** para o setor audiovisual (Lei 10.098/2000), em diálogo com todos os setores do ecossistema audiovisual diretamente envolvidos na aplicação da lei – produtores, distribuidores, salas de cinema, TVs, mostras, festivais e entidades representativas do público com deficiência.

15. AMPLIAÇÃO DO CIRCUITO DE SALAS DE CINEMA

Reconhecemos a atenção dedicada pela SAV em 2023, aos estudos de implantação de um circuito público de salas de exibição com abrangência nacional, envolvendo universidades, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e equipamentos culturais, e aguardamos seus resultados.

- Ampliar substancialmente os **investimentos** na manutenção e ampliação do circuito de salas de exibição de natureza comercial e de difusão cultural, para dar conta da dimensão territorial do Brasil, por meio de recursos do FSA nas linhas de investimento reembolsável e não reembolsável, além de investimentos diretos da Secretaria do Audiovisual – SAV;
- Criar metodologia e ferramenta para padronizar e **mensurar** oficialmente o público em espaços de exibição em salas de cinema não comerciais;
- Criar programas de **formação de público** em salas de cinema, incluindo a possibilidade de cessão de ingressos aos cidadãos para filmes brasileiros independentes.

16. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INTERNET

- Reforçamos a necessidade de avançar no **Plano Nacional de Banda Larga**, para incluir todos os brasileiros no acesso à internet. O pleno acesso à internet é premissa para garantir a mais ampla circulação e acesso a obras audiovisuais brasileiras independentes em todo o território brasileiro e essencial também para as políticas de formação e preservação do audiovisual brasileiro;
- Recomendamos avaliar formas de indução de oferta de **conteúdo brasileiro** em conjunto com programas de incentivo ao investimento na ampliação da infraestrutura de banda larga brasileira.

17. SUPERAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

- Realização de estudos e futuras políticas de **proteção previdenciária** para enfrentar a situação dos trabalhadores da cultura e do audiovisual em todos os segmentos que se encontram fragilizados nas relações de trabalho;
- Especial atenção à precificação praticada no mercado para a cessão de **direitos autorais** patrimoniais de obras originais criadas por autores roteiristas em patamares condizentes com os orçamentos das obras;
- Rever **restrições** de contratação em regime CLT no regime de prestação de contas junto à Ancine;
- Reconhecer as **atividades profissionais** do segmento de distribuição audiovisual;

- A criação e difusão de cartilha com **informações e orientações** sobre o mercado de trabalho, no que tange aos direitos, registros, convenções, associações, entre outros, em parceria entre os Ministérios da Cultura, do Trabalho e da Educação, e sindicatos do setor audiovisual, incluindo também a Socine e o Forcine.

18. DADOS, SISTEMA DE INFORMAÇÕES E INDICADORES

É fundamental o levantamento e sistematização de dados para qualificar as políticas públicas. Recomendamos algumas ações:

- Adotar uma plataforma comum para o cadastro de projetos entre entes federativos, construindo um **Sistema Nacional de Informações Culturais** padronizado, e que permita análises de impacto de políticas públicas, em especial na execução do Pnab;
- Fortalecer o Observatório do Cinema e Audiovisual (OCA) e da Rede de Observatórios e Grupos de Pesquisa em Cinema, Audiovisual, Games e XR, para a **modernizar parâmetros** de mensuração de impacto das obras audiovisuais, com indicadores que deem conta das complexidades do setor audiovisual contemporâneo;
- Fortalecer a **Rede de Observatórios** e Grupos de Pesquisa em Cinema, Audiovisual, Games e XR para obtenção de dados e indicadores para a cultura e o audiovisual;
- **Unificar e tornar periódica** a pesquisa sobre impactos econômicos, para avaliar a evolução micro e macroeconômica do setor audiovisual, por meio de metodologias comparáveis com outros segmentos da economia;
- Unificar o sistema de borderôs dos exibidores e permitir **acesso a dados** pelas distribuidoras no Sistema de Controle de Bilheteria (SCB), bem como ampliar dados sobre distribuição, cruzando valores de investimento na comercialização com o resultado comercial das obras;
- Reeditar o “Prêmio SAV para Publicação de Pesquisas em Cinema e Audiovisual”, além de programa de investimentos de **incentivo à pesquisa** na Ancine e no MinC;
- Criar um programa de **publicações** continuadas sobre o cinema e audiovisual brasileiro;
- **Retomar as reuniões** da Câmara Técnica de Exibição para a análise contínua dos dados e indicadores, em especial referentes à cota de tela recentemente aprovada;
- Mapear o setor de preservação audiovisual em parceria do Governo Federal para o diagnóstico quantitativo e qualitativo do setor sobre extensão, valores e problemas do **patrimônio audiovisual** brasileiro.

19. INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

▪ Reforçamos a necessidade de promover **campanhas informativas** periódicas para que a sociedade compreenda a importância do audiovisual brasileiro e das políticas culturais para o fortalecimento da cidadania e da soberania nacional. Essa ação contribui com a formação da opinião pública e, também, com o avanço de pautas regulatórias em tramitação no Congresso Nacional.

20. DESBUROCRATIZAÇÃO E REVISÃO DE DIREITOS

É urgente promover a desburocratização e revisão de políticas públicas, garantindo segurança jurídica na gestão das obras audiovisuais e, para tanto, recomendamos:

▪ Desburocratização

Concluir com urgência a revisão das **Instruções Normativas 158 e 159**, que regem a execução orçamentária de recursos de incentivos fiscais e do FSA junto à Ancine, considerando as contribuições da Câmara Técnica Setorial;

▪ Revisão de Direitos

Retomar a construção de Instrução Normativa de Direitos para rever parâmetros das **contrapartidas aos incentivos** fiscais que, atualmente, além do abatimento de tributos, dá ao investidor participação nas receitas das obras, direitos de distribuição e de exibição.

– Reduzir o percentual de **participação nas Receitas Líquidas do Produtor (RLP)**, que favorece desproporcionalmente distribuidoras estrangeiras, canais de TV por assinatura e TV aberta, em detrimento dos produtores independentes, que se tornam minoritários em suas próprias obras;

– Vetar o **direito de distribuição** atrelado ao investimento na produção;

– Vetar a compra obrigatória de **mídia** a partir do uso de mecanismo de benefício fiscal;

– Rever prazos de **direitos de exibição** das obras nos canais de TV ou plataformas digitais;

– Rever o **licenciamento obrigatório** para canal ou plataforma da empresa investidora;

21. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

▪ Recomendamos instituir Assessoria Especial de Desenvolvimento Econômico do Audiovisual, junto ao Ministério da Cultura, com a responsabilidade de desenvolver programas supraministeriais para consolidação da **indústria** audiovisual

brasileira, com a estruturação de uma política nacional que responda aos desafios da natureza cultural e industrial da atividade, e valorize a prática republicana e federativa nas políticas de fomento, de forma integrada e convergente.

Somente a construção de uma política de Estado multissetorial, coordenando diferentes instâncias do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, permitirá a plena realização do audiovisual brasileiro, reforçando seu impacto positivo para a sociedade, e capaz de se projetar com **competitividade** no território brasileiro e no mercado internacional.

Tiradentes, 23 janeiro de 2024.



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Fontes



Foto: Leo Lara

CLIPPING

TV



Matéria veiculada no Jornal da Record em 20/01/2024



Matéria veiculada no Balço Geral, 20/01/2024



Matéria veiculada no Jornal Minas da Rede Minas em 22/01/2024



Matéria veiculada no Cine Jornal do Canal Brasil em janeiro/2024

IMPRESSO

CULTURA

ESTADO DE MINAS

Brasil vai ganhar 118 salas de cinema

Promessa é da ministra de Cultura, Margareth Menezes, feita durante a mostra de Tiradentes. Para ela, abertura ajudará a baratear o preço dos ingressos



Ministra Margareth Menezes, em companhia de outros ministros, participa da abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte.

Jornal Estado de Minas, 21/01/2024

Mostra abre calendário do audiovisual

Durante a 27ª Mostra de Cinema de Tiradentes, a Ministra de Cultura, Margareth Menezes, falou sobre novas medidas para o cinema nacional



Ministra Margareth Menezes durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte.

Diário de Pernambuco, 22/01/2024

Ministra da Cultura e Esperada para o Fórum de Tiradentes

De 20 a 23 de janeiro, grupos de trabalho dos diferentes setores da cadeia do audiovisual brasileiro estarão reunidos na cidade histórica mineira



Ministra Margareth Menezes durante o Fórum Nacional de Cultura em Tiradentes.

Diário de Ouro Preto, janeiro/2024

DOIS +

Ministra anuncia abertura de 118 salas de cinema



Ministra Margareth Menezes durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte.

Regulamentação dos serviços de VOD de cinema

As novas regras para a distribuição de filmes em plataformas de vídeo sob demanda (VOD) foram anunciadas pela Ministra de Cultura, Margareth Menezes, durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte. Segundo ela, as regras visam garantir a qualidade dos serviços e a proteção dos direitos autorais dos produtores e distribuidores de filmes.

Jornal Tribuna de Minas, 24/01/2024

DOIS +



Ministra Margareth Menezes durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte.

Mostra de Tiradentes

Carta apresenta diretrizes para audiovisual

Documento resultado de uma série de encontros que contou com a participação do diretor e secretário competentes. A carta apresenta diretrizes para o desenvolvimento do setor audiovisual brasileiro, abordando aspectos como a produção, distribuição e consumo de conteúdos audiovisuais. O documento foi elaborado por um grupo de trabalho liderado pelo Ministério da Cultura e pelo Conselho Nacional de Cultura, com a participação de representantes de diversos setores da cadeia produtiva do audiovisual.

Jornal Tribuna de Minas, 26/01/2024

Ilustrada

Tiradentes pede regulação do streaming no país

Documento lançado no festival de cinema mineiro defende regras para setor no Brasil, o sexto maior mercado do mundo



Jornal Folha de São Paulo, 26/01/2024

CULTURA E TURISMO

Edição do Brasil

Ministra da Cultura afirma que políticas públicas do audiovisual irão avançar mais

A ministra de Cultura, Margareth Menezes, afirmou durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte que as políticas públicas do setor audiovisual brasileiro irão avançar mais. Ela destacou a importância do cinema nacional e a necessidade de fortalecer a cadeia produtiva do audiovisual, com foco na produção e distribuição de conteúdos locais. Menezes também mencionou a criação de novos mecanismos de financiamento e a implementação de medidas para garantir a sustentabilidade do setor.



Ministra Margareth Menezes durante a abertura da Mostra de Tiradentes em Belo Horizonte.

Jornal Edição do Brasil, 27/01/2024

Esta iniciativa e publicação é uma realização



@universoproducao
mostratiradentes.com.br

Agradecemos a todos os profissionais que colaboraram
com suas reflexões, colaborações experiências e atuação
na 2ª edição do Fórum de Tiradentes.

Um evento do programa
CINEMA SEM FRONTEIRAS

